

Peter Panutto

PRECEDENTES JUDICIAIS VINCULANTES

O SISTEMA JURÍDICO-PROCESSUAL BRASILEIRO ANTES
E DEPOIS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 (LEI
Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015)



empóriadodireito

Florianópolis
2017



Copyright© 2017 by Peter Panutto
 Editor Responsável: Aline Gostinski
 Capa e Diagramação: Carla Botto de Barros

CONSELHO EDITORIAL:

Aldacy Rachid Coutinho (UFPR)	Alexandre Morais da Rosa (UFSC e UNIVALI)
Aline Gostinski (UFSC)	André Karam Trindade (IMED-RS)
Antônio Gavazzoni (UNOESC)	Augusto Jobim do Amaral (PUCRS)
Aury Lopes Jr. (PUCRS)	Claudio Eduardo Regis de Figueiredo e Silva (ESMESC)
Eduardo Lamy (UFSC)	Jacinto Nelson de Miranda Coutinho (UFPR)
Juan Carlos Vezzulla (IMAP-PT)	Juarez Tavares (UERJ)
Julio Cesar Marcelino Jr. (UNISUL)	Luis Carlos Cancellier de Olivo (UFSC)
Marco Aurélio Marrafon (UERJ)	Márcio Staffen (IMED-RS)
Orlando Celso da Silva Neto (UFSC)	Paulo Marcio Cruz (UNIVALI)
Rubens R. R. Casara (IBMEC-RJ)	Rui Cunha Martins (Coimbra-PT)
Sérgio Ricardo Fernandes de Aquino (IMED)	Thiago M. Minagé (UNESA/RJ)

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

P223p

Panutto, Peter

Precedentes judiciais vinculantes : o sistema jurídico-processual brasileiro antes e depois do código de processo civil de 2015 (Lei n° 13.105, de 16 de março de 2015) / Peter Panutto. - 1. ed. - Florianópolis, SC : Empório do Direito, 2017.

216 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia e índice

ISBN: 978-85-947-7044-8

1. Brasil. [Código do Processo Civil (2015)]. 2. Processo civil - Brasil. I. Título.

16-38518

CDU: 347.91/.95(81)

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.

A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art.184 e §§, Lei n° 10695, de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei n° 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à Empório do Direito Editora.



emporiოდodireito.com.br

Todos os direitos desta edição reservados à Empório do Direito

Rua: Santa Luzia, 100 – sala 610 – CEP 88036-540 – Trindade – Florianópolis/SC
 www.emporiოდodireito.com.br – editora@emporiოდodireito.com.br

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

1087862

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	9
APRESENTAÇÃO	15
PREFÁCIO	29
INTRODUÇÃO	31
CAPÍTULO 1	
A VINCULAÇÃO AO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL NO BRASIL	33
1.1 OS ASSENTOS NO DIREITO PORTUGUÊS	33
1.2 A VINCULAÇÃO DOS ENTENDIMENTOS JURISPRUDENCIAIS NO DIREITO BRASILEIRO	37
1.3 AS SÚMULAS DA JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	43
1.4 SÚMULAS VINCULANTES	53
1.4.1 Edição, revisão e cancelamento das súmulas vinculantes	58
CAPÍTULO 2	
SEGURANÇA JURÍDICA COMO FUNDAMENTO DA ADOÇÃO DOS PRECEDENTES JUDICIAIS VINCULANTES	61
CAPÍTULO 3	
O DESENVOLVIMENTO DO CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL COMO FORMA DE VINCULAÇÃO DO ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	77
3.1 CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	77
3.2 CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE	80
3.3 CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE	86
3.4 O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE POLÍTICO FRANCÊS	92
3.5 O SISTEMA DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL	94
CAPÍTULO 4	
OS SISTEMAS JURÍDICOS DO <i>CIVIL LAW</i> E DO <i>COMMON LAW</i>	101

4.1	O SISTEMA JURÍDICO DO CIVIL LAW	101
4.2	O SISTEMA JURÍDICO DO COMMON LAW	109
4.3	A ADOÇÃO DOS PRECEDENTES JUDICIAIS VINCULANTES NO BRASIL PELA APROXIMAÇÃO DOS SISTEMAS DO CIVIL LAW E DO COMMON LAW	114
4.3.1	Os precedentes judiciais vinculantes como nova fonte do Direito no Brasil	123

CAPÍTULO 5

ELEMENTOS PARA COMPREENSÃO, CRIAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO DOS PRECEDENTES JUDICIAIS VINCULANTES

5.1	CONCEITO E ELEMENTOS DO PRECEDENTE	127
5.2	DISTINÇÃO ENTRE PRECEDENTE, EMENTA, JURISPRUDÊNCIA E SÚMULA	131
5.3	SUPERAÇÃO DE PRECEDENTES	135
5.4	DISTINÇÃO DE PRECEDENTES	136
5.5	O PROCEDIMENTO DE VOTAÇÃO EM COLEGIADO PARA EFETIVA CRIAÇÃO DE PRECEDENTES	137
5.6	ESTABILIDADE, INTEGRIDADE E COERÊNCIA DECORRENTES DOS PRECEDENTES	144
5.7	A EDUCAÇÃO JURÍDICA NACIONAL DIANTE DOS PRECEDENTES JUDICIAIS VINCULANTES	148
5.8	AS NORMAS FUNDAMENTAIS PROCESSUAIS ATINENTES AOS PRECEDENTES JUDICIAIS VINCULANTES	153

CAPÍTULO 6

PRECEDENTES JUDICIAIS VINCULANTES NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

6.1	A RECLAMAÇÃO COMO GARANTIA DE AUTORIDADE DOS PRECEDENTES JUDICIAIS VINCULANTES	173
6.2	DA INFLUÊNCIA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS VINCULANTES EM DEMAIS ATOS PROCESSUAIS	177
6.2.1	Os precedentes judiciais vinculantes como causa de improcedência liminar do pedido	178
6.2.2	Os precedentes judiciais vinculantes como hipótese de concessão de tutela de evidência	180
6.2.3	A fundamentação da sentença diante dos precedentes judiciais vinculantes	181
6.2.4	Os precedentes judiciais vinculantes como causa de ausência	

	de efeito suspensivo na apelação.....	183
6.2.5	Os precedentes judiciais vinculantes como causa de dispensa de remessa necessária.....	184
6.2.6	Os poderes decisórios do relator diante dos precedentes judiciais vinculantes.....	186
6.2.7	A ação rescisória decorrente do descumprimento de precedentes judiciais vinculantes.....	188
6.3	O DIREITO INTERTEMPORAL NA APLICAÇÃO DOS PRECEDENTES JUDICIAIS VINCULANTES.....	191
6.4	O FUTURO DAS SÚMULAS DIANTE DA ADOÇÃO DOS PRECEDENTES JUDICIAIS VINCULANTES.....	195
	CONCLUSÕES.....	201
	REFERÊNCIAS.....	205